

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM ANGOLA: PROBLEMAS E DESAFIOS

Ermelinda Monteiro Silva Cardoso
Universidade do Minho
ermesilva333@yahoo.com.br

Maria Assunção Flores
Universidade do Minho
aflores@iep.uminho.pt

Resumo

Nesta comunicação fazemos uma breve caracterização da situação actual do sistema de educação angolano face à reforma educativa iniciada em 2002. Seguidamente, reflectimos sobre a problemática do processo de formação de professores levado a cabo pelos Institutos Superiores de Ciências da Educação em Angola identificando alguns desafios e problemas. Terminamos esta comunicação com uma breve referência ao projecto de investigação em curso que incide sobre a formação inicial de professores em Angola.

Introdução

A formação inicial de professores em Angola, sobretudo a formação levada a cabo pelos Institutos Superiores de Ciências da Educação, constitui um grande desafio para a melhoria da qualidade de educação. Ao professor se lhe é exigido agente de promoção de valores, capaz de apoiar, de forma activa e sustentada, os programas de promoção de desenvolvimento comunitário, que levam a um crescente bem-estar social das populações e para tal, teremos que trabalhar segundo Burity (2009), no sentido de se traçar um perfil de novas competências para o professor, sobretudo se tivermos em conta o contexto educativo angolano e as reformas em curso, bem como o quadro social, político e cultural mais amplo em que ele se inscreve. Esta comunicação dá conta de um projecto de investigação em curso, sob o tema “A formação inicial de professores em Angola: problemas e desafios”, mais concretamente no que concerne à sua contextualização no quadro do sistema educativo angolano.

Contextualização

A República de Angola é um país situado na África Austral que ocupa uma área de 1 246 700 Km² e cuja população é estimada em 14 602 002 habitantes (censo efectuado em 2002). É um país plurilinguístico, onde o português é a língua oficial e de comunicação entre os angolanos, apesar de existirem outras línguas nacionais como por exemplo: Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Tchokwé e Nanguela. O ensino formal é feito em língua portuguesa. No entanto,

decorrem a nível governamentais discussões sobre a possibilidade de inclusão de línguas nacionais no currículo escolar.

Angola foi durante cerca de cinco séculos uma colónia portuguesa, conquistando a sua independência a 11 de Novembro de 1975. A Lei Constitucional Angolana consagra a educação como um direito para todos os cidadãos, independentemente do sexo, raça, etnia e crença religiosa. Em 1977, dois anos após a independência nacional, é aprovado um novo Sistema Nacional de Educação e Ensino, cuja implementação se iniciou em 1978 e que tem os seguintes princípios gerais: (i) Igualdade de oportunidades no acesso e continuação dos estudos, (ii) Gratuidade do ensino em todos os níveis; (iii) Aperfeiçoamento constante do pessoal docente.

O Sistema Nacional de Educação e Ensino é constituído por um ensino geral de base com oito classes (das quais as quatro primeiras são obrigatórias), por um ensino pré universitário com seis semestres, um ensino médio de quatro anos (com dois ramos: técnico e normal) e um ensino superior. Em 1977, Angola dispunha apenas de cerca de 25 mil professores, pobremente formados (Ministério da Educação, 1978).

O maior impacto tangível do Novo Sistema de Educação traduziu-se na grande afluência da população às escolas, pois, se, em 1974, estudavam cerca de meio milhão de angolanos, em 1980, esse número superava os 1,8 milhões. Não foi possível manter esses indicadores, pois o país, apesar da conquista da independência, continuou em guerra, com consequências nocivas que se fizeram sentir principalmente nas zonas rurais e com efeitos profundamente negativos que se reflectiram nas infra-estruturas escolares já que inúmeras escolas foram destruídas.

Em 1986, foi efectuado pelo Ministério da Educação um diagnóstico do sistema de educação que permitiu fazer um levantamento das suas debilidades e necessidades. Com base nesse diagnóstico chegou-se à conclusão de que era necessária uma nova Reforma Educativa.

Em 1990, Angola envereda por um sistema político multipartidário, o que acarretou mudanças na política educativa. A guerra em Angola sempre foi uma constante destabilizadora, dando origem a um empobrecimento cada vez maior do Estado, das populações e da já escassa rede escolar. Grandes fluxos de população dirigiram-se para as cidades consideradas mais seguras, o que aumentou a já grande concentração de população nas capitais de certas províncias, nomeadamente, no Lubango, Benguela e, principalmente, em Luanda. Assim, mais de metade da população escolar distribuiu-se pelas províncias de Luanda (30%), Benguela (11,4%) e Huila (13%). Nas restantes províncias, essa frequência não alcança os 10%. A frágil e sobre aturada rede escolar do país sucumbe, principalmente nas províncias citadas.

No ano lectivo de 1994/95, a população em idade escolar dentro do sistema escolar dos 6 aos 14 anos é de 4 290 000 e fora do sistema é de 2 020 442, o que representa 41,3%. No ano lectivo de 1996, da população angolana em idade escolar, dos 6 aos 14 anos, cerca de 70 % corria o

risco de cair no analfabetismo por falta de oportunidade de acesso à rede escolar. Segundo estimativas, a taxa de analfabetismo é de 60%. A população analfabeta com mais de 15 anos em 1995 foi estimada em cerca de 4 milhões de pessoas das quais 2,5 milhões eram mulheres. Para atenuar o fraco poder de absorção da rede escolar, foram criados, no ensino primário, o horário tripla e as turmas pletóricas, com 60 a 80 alunos.

Breves considerações sobre o actual Sistema Educativo Angolano

É neste contexto, deveras adverso, que se iniciam os primeiros passos para a preparação da 2ª Reforma do Sistema de Educação. Em 2001, a Assembleia Nacional da República de Angola aprovou a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 13/ 01 de 31 de Dezembro). Este documento contém o esboço do que se pretende com esta acção e define o novo sistema, cuja estrutura integra os seguintes subsistemas:

Subsistema da Educação Pré – Escolar

Subsistema do Ensino Geral

Subsistema do Ensino Técnico – Profissional

Subsistema da Formação de Professores

Subsistema da Educação de Adultos

Subsistema do Ensino Superior.

O Subsistema do Ensino Geral é constituído por: ensino primário de seis classes (base obrigatória) e pelo ensino secundário que integra dois ciclos, com a duração de três anos cada.

O Subsistema de Formação de Professores estrutura-se nos seguintes níveis com a duração de quatro a seis anos, respectivamente:

Médio Normal

Superior Pedagógico

Compreende ainda acções que se enquadram na formação permanente: a agregação pedagógica e o aperfeiçoamento.

O Ministro da Educação, António Burity da Silva, apresentou em Genebra na 47ª Conferência Internacional da Educação as linhas gerais da reforma educativa, onde descreveu a reforma, como uma medida que o Ministério da Educação pretende implementar "com decisão, mas com prudência". Disse que o objectivo da reforma é o de alcançar, no mais curto espaço de tempo, a expansão da educação para todos os jovens e a melhoria da qualidade do ensino. A reforma, referiu, abrange todas as instituições e níveis de ensino, do primário ao superior, e será implementada até 2012, em quatro fases. As duas primeiras fases, de experimentação, avaliação e correcção, iniciaram-se em 2004, a terceira, que visa a generalização, começou a ser aplicada a partir de 2006, e a quarta e última, de avaliação global, em 2012. Burity da Silva afirmou,

também, que o novo sistema de educação coabitará com o sistema antigo. Assim a Reforma Educativa em Angola pode ser distinguida em três etapas:

A etapa de diagnóstico do antigo sistema de educação que foi realizada de Março a Junho de 1986;

A etapa de concepção do novo sistema de educação que foi realizada de 1986 a 2001;

A etapa de implementação do novo sistema de educação inclui 5 fases: a) Preparação; b) Experimentação; c) Avaliação e correcção; d) Generalização; e) Avaliação global que se passa a sua descrição:

A 1ª fase da etapa de implementação do novo sistema de educação consiste na preparação das condições julgadas imprescindíveis para assegurar um funcionamento normal. As principais actividades desta fase são a adequação do sistema de administração e gestão do sector de educação a nível central e local, como das instituições de ensino, a elaboração de novos currículos, bem como a sua reprodução e distribuição, a atribuição às instituições de meios de ensino e equipamentos, e ainda a reabilitação e construção de infra – estruturas escolares.

A 2ª fase consiste essencialmente na aplicação experimental dos currículos produzidos. Nesta fase serão abrangidas apenas algumas instituições escolares em cada uma das 18 províncias do País, a fim de possibilitar que em cada uma delas, se desenvolvam experiências e competências próprias e locais de gestão da implementação do novo sistema de educação.

A 3ª fase consiste na avaliação e correcção, com base nos dados recolhidos durante a fase de experimentação do novo sistema de educação, essencialmente na adequação dos currículos.

A 4ª fase consiste essencialmente na generalização da aplicação dos novos currículos em toda a extensão do território nacional.

Na 5ª fase será realizada uma avaliação global do sistema de educação. A globalidade será assegurada com a abrangência da avaliação dos principais dispositivos do sistema de educação (currículos, processos de ensino e aprendizagem, corpo de professores e de alunos, administração, gestão e recursos materiais).

Á guisa de conclusão gostaríamos de dizer que a reforma do sistema educativo inclui também a preparação de professores a nível de mestrado, iniciado em 2002/2003 no país, em várias áreas nomeadamente Ensino das Ciências, Teoria e Desenvolvimento Curricular, Matemática, História de Angola e História de África e Didáctica do ensino Superior, distribuídas pelas províncias de Luanda, Huíla e Benguela com o propósito de preparar os professores no contexto, de modo a darem soluções aos problemas educativos e a poderem corresponder com as exigências do surgimento de novas disciplinas, a todos os níveis.

A problemática da formação dos professores no contexto angolano

Mesmo sem levarmos em consideração os aspectos relacionados com os processos de ordem económica e social que perturbam profundamente a condição e a actuação do professor, muitos problemas, mais directamente ligados à sua preparação, nas componentes científica e pedagógica, comprometem o actual modelo de formação de educadores, tornando-o improficuo na consecução de seus objectivos.

O primeiro desses problemas, diz respeito à forma como o formando se apropria, no âmbito do currículo da formação inicial, dos conteúdos científicos que precisa obviamente de dominar com vista à sua qualificação profissional. O domínio destes conteúdos é absolutamente necessário, mas a forma como eles são trabalhados no processo de ensino-aprendizagem não tem sido diferenciada. Trata-se fundamentalmente de diferença de ordem e de sequência na relação tempo-profundidade (Leite Barbosa, 2003).

Assim, no caso de preparação dos professores para o ensino primário e para o Iº e IIº Ciclos do Ensino Secundário, são reconhecidas limitações e inadequação nas competências do professor para a sua actuação. O mesmo se pode dizer em relação aos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Psicologia, entre outros. Sem dúvida, essa limitação, relacionada aos conteúdos de sua aprendizagem, ao longo de sua formação, agrava-se pelo facto de que também é precária a incorporação dos processos de produção do conhecimento.

A formação de professor não tem sido abordada de forma adequada em relação ao conhecimento que tem sido encarado como um produto ou algo que se transmite e não como um processo de construção. A pedagogia dos cursos de formação docente tem sido marcada por uma forte tendência para a exposição, para a transmissão de informações, pelo professor, numa simples cadeia de repetições e reproduções. De salientar que a postura investigativa não se faz presente ao longo do processo pedagógico de formação (Nascimento, 2006).

Outra limitação é que, no actual modelo de curso de Licenciatura em Pedagogia e Psicologia, o licenciado recebe apenas alguns elementos teóricos e técnicos, cumprindo poucas horas de estágio tornando-a pouco significativa. Não são suficientemente desenvolvidas, no decorrer da formação do educador, actividades de prática de docência no âmbito das disciplinas, nem processos experimentais de produção do saber científico, nem de outras modalidades de práticas intrínsecas à profissão. A sua aprendizagem fica condicionada pela abordagem curricular mais tradicional, devido ao reduzido tempo, pois os ditos semestres na realidade não o são, ficando de fora muitos aspectos como filosóficos, históricos, sociológicos e antropológicos da educação por se trabalhar convenientemente.

Outro aspecto de grande importância tem a ver com a concentração nos planos curriculares das disciplinas específicas sobretudo as práticas pedagógicas no final do curso - Como as disciplinas

específicas sobretudo as práticas pedagógicas são oferecidas, principalmente, na segunda metade do curso, os alunos possuem dificuldades em desenvolver uma identidade profissional de professor, já que estas aparecem somente no final do curso.

Outrossim, está relacionado com os formadores de formadores. Os Institutos Superiores de Ciências da Educação de Angola, vulgarmente conhecidos por ISCEDs o seu objecto social é a formação inicial de professores para intervirem em todos os níveis do sistema de educação no país, preparando-os dentro da sua identidade profissional. O que se verifica na maior parte das vezes é que o formador de formadores não possui essa identidade profissional, muitas vezes sai de uma carreira administrativa para a de formador, só pelo facto de possuir uma licenciatura, sem uma carreira docente, criando todo tipo de constrangimentos.

O estágio, constitui outro “calcanhar de Aquiles”, no currículo da formação inicial de professores, pois as práticas pedagógicas acontecem, de modo irregular, geralmente os alunos futuros-professores terminam a licenciatura dando quatro aulas o que não é suficiente para serem formadas as destrezas necessárias ao exercício da profissão; os alunos enfrentam grandes dificuldades, quando eles precisam, mudar do papel de aluno para o papel de professor na situação da prática de ensino no contexto da sala de aula.

Ainda uma outra lacuna do currículo dos cursos de formação docente nos Institutos Superiores de Ciências da Educação, é a de não potenciar o desenvolvimento da necessária sensibilidade e competências face ao contexto sócio – cultural em que o formando, ou seja o futuro- professor, exercerá a sua actividade. O curso não lhe fornece espaços para conhecer, com o devido rigor, profundidade e criticidade, as condições histórico – sociais do processo educacional concreto em que vai actuar, o que acaba por levar a que a sua prática docente se torna meramente técnica e mecânica.

Uma outra grande lacuna no processo de formação de professores nos Institutos Superiores de Ciências da Educação em Angola, prende-se com a opção dos cursos pós-laborais, chamando-se atenção para a sua avaliação. Se quisermos ver o papel do professor, como interventor social de excelência (Burity, 2009), leva-nos a reflectir sobre essa modalidade, tendo em vista a necessidade de desenvolvermos da melhor forma os nossos recursos humanos. Os futuros professores nesses cursos não conseguem um mínimo de efectiva integração que garantam a inter-relação das disciplinas metodológicas entre si com as demais disciplinas de conteúdos. Além disso, são “amputados” os tempos lectivos o que não garante uma duração suficiente para o desenvolvimento da formação no âmbito da docência. A permanência do futuro profissional no contacto com as disciplinas pedagógicas, particularmente no caso das licenciaturas, é, pelo contrário, passageira e curta.

É bem verdade que a qualidade do professor é uma das dimensões-chave na promoção da qualidade do ensino. Concordamos com Day (2001:17), segundo o qual o desenvolvimento profissional constitui um assunto sério e crucial no sentido de melhorar a qualidade dos professores. Não haverá reforma educativa efectiva sem um desenvolvimento adequado do profissional de ensino. Todavia, num continente onde persistem guerras civis e pobreza, o desenvolvimento profissional de professores, bem como as reformas dos sistemas educativos, para os países que conseguem libertar-se das guerras constitui um desafio permanente.

As sociedades e os estados nacionais defrontam-se com desafios que decorrem de processos históricos pelos quais têm passado especialmente nos últimos anos. Tais processos englobam transformações profundas nos planos económicos, políticos, sociais e culturais que desencadearam questionamentos em diferentes esferas, entre elas a educacional. Diante das transformações que se vêm operando no capitalismo, no âmbito mundial, assim como na sequência de mudanças profundas nos planos sociais e culturais, a educação tem sido, de um lado, exaltada pelas contribuições que poderia oferecer para a constituição de sociedades mais ricas, mais desenvolvidas, mais igualitárias e mais democráticas, e, de outro, especialmente em países como o nosso, profundamente questionada, por não estar em condições de garantir à população em geral o acesso aos bens culturais, sociais e económicos. Mas deve-se reconhecer também o esforço implementado pelo governo nestes seis anos decorridos desde o arranque da Reforma Educativa em Angola, pois o sector da educação está a dar passos significativos para o alcance dos objectivos de desenvolvimento do milénio, principalmente na promoção da qualidade de ensino.

Neste sentido, urge um crescente investimento do Orçamento Geral de Estado no sector da Educação para permitir a concretização destas componentes necessárias à melhoria do ensino no país.

Para Cardoso (2006:32-33), os Institutos de Ciências da Educação de Angola, ou seja, as actuais escolas superiores de formação de professores, não escapam às exigências impostas pela sociedade angolana actual, no que diz respeito a planos e programas académicos que permitam a formação e o desenvolvimento de competências e de capacidades intelectuais requeridas face ao desenvolvimento da ciência e das tecnologias, bem como a formação de professores cada vez mais competentes, reflexivos, críticos e investigadores, que possam:

Eleger comportamentos adequados a cada situação a partir do vínculo entre a teoria e a prática, num contexto muito mais amplo do que o estritamente escolar.

Intervir na aula com eficácia nas suas interações de comunicação.

Estabelecer relações sócio-afectivas que permitam um clima de aula positivo.

Praticar formas de gestão que fortaleçam o exercício da iniciativa criadora da escola, incluindo a gestão da informação.

Tornar significativos os instrumentos de trabalho pedagógico: currículo, conteúdos de ensino, métodos e perfis dos professores.

Tomar decisões fundamentadas.

Trabalhar em equipa.

Manifestar atitudes reflexivas

Investigar na sala de aula e possibilitar estratégias de intervenção, para manter uma visão crítica e consequentemente construtiva da sociedade e do currículo.

Planificar o currículo tendo em conta as características dos alunos e as condições socioculturais.

É urgente que os Institutos Superiores de Ciências da Educação de Angola encontrem modelos de organização de ensino ou curriculares pertinentes para formar futuros profissionais de ensino, com um perfil amplo, cujo desempenho profissional se ajuste aos novos desafios impostos pela ciência e tecnologia, pois verifica-se deficiências na actuação dos professores que atendem os subsistemas de ensino. Tal implica novas práticas e estratégias pedagógicas que estão estreitamente relacionadas com metodologias científicas actuais que fomentem no futuro-professor todos os aspectos inerentes à profissão docente que vão desde o saber, o saber-fazer e o saber-ser.

Torna-se necessário, portanto, atender, à modelos de formação inicial de professores que privilegiam a integridade, bem como a organização e planificação dos currículos que atendam não somente às características dos alunos e do contexto, mas também aos conteúdos e métodos que se devem utilizar e à sua justificação e enquadramento.

Daí a importância da investigação que estamos a realizar ao nível da formação inicial de professores. A situação problemática da formação inicial, complexa pela sua própria natureza multicausal, e que descrevemos anteriormente, leva à busca dos factores fundamentais que a influenciam na medida em que se verifica um *hiato*, uma contradição entre os objectivos da formação e os seus resultados. Como atenuar esta contradição, tendo em conta a multiplicidade de factores que a influenciam? Qual a sua origem? Qual é o papel do currículo da formação inicial e dos formadores de professores?

O projecto de investigação em curso

Este projecto enquadra-se no âmbito de uma investigação mais ampla, que incide sobre a formação inicial de professores levado a cabo pelos Institutos Superiores de Ciências da Educação de Angola. Para que o professor ensine, é necessário que este disponha de saberes e conhecimentos da profissão, pois embora “os conteúdos estejam previamente seleccionados e

organizados em disciplinas ou áreas disciplinares, é ao professor que compete ordená-los e sequenciá-los lógica e coerentemente, de modo a serem compreendidos pelos alunos” (Pacheco e Flores 1999:21). Por isso, quando o professor intervém numa situação educativa actua de acordo com intenções curriculares determinadas e utiliza um conhecimento-base profissional previamente adquirido.

A escolha deste tema prende-se com a preocupação em melhor compreender esta problemática, também na qualidade de formadora de professores no Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela, dando continuidade a um estudo iniciado no âmbito do Mestrado. O interesse pelo tema “Formação Inicial de Professores: problemas e desafios”, assim como o enfoque da investigação, em particular os Institutos Superiores de Ciências da Educação particularmente os cursos de Pedagogia e Psicologia surgiu do trabalho que temos vindo a desenvolver neste âmbito, no Departamento de Ciências da Educação (onde já exercemos alguns cargos como chefe de repartição de pedagogia, chefe de práticas pedagógicas e na actualidade regente da cadeira de Desenvolvimento Curricular e Diagnóstico do Sistema Educativo Angolano) e da formação realizada, na medida em que possuímos uma Licenciatura em Pedagogia e um Mestrado em Teoria e Desenvolvimento Curricular.

Tendo verificado, durante o curso de mestrado, que os Institutos Superiores de Ciências da Educação não tinham determinado os perfis de saída, os modelos adoptados já não respondiam às exigências da preparação do profissional de ensino na actualidade para além da falta de uniformização dos conteúdos e das práticas nos diferentes Institutos Superiores, foram surgindo algumas interrogações que estiveram na base do presente estudo. Assim, as questões norteadoras desta investigação são:

Que modelos de formação são privilegiados pelos Institutos Superiores de Ciências da Educação em Angola na formação inicial de professores?

Em que medida o modelo de organização curricular da formação inicial de professores levado a cabo pelos Institutos Superiores de Ciências da Educação em Angola permite o desenvolvimento de conhecimentos e de competências necessárias ao exercício da docência no contexto actual, nomeadamente tendo em conta a reforma educativa iniciada em 2002 e, consequentemente, a melhoria da qualidade do ensino e da educação em Angola?

Que articulação existe entre o modelo de organização curricular de formação de professores adoptado pelos Institutos Superiores de Ciências da Educação em Angola e as políticas de formação inicial?

Que conhecimentos e competências profissionais são desenvolvidos nos alunos futuros-professores no contexto dos Institutos Superiores de Ciências da Educação de modo a fazer face aos desafios inerentes à profissão docente no contexto actual angolano?

Para a contextualização do estudo, propõe-se caracterizar a situação dos Institutos Superiores de Ciências da Educação de Angola privilegiando a abordagem qualitativa. Tendo em atenção os objectivos propostos, e ao se pretender estudar os modelos de formação e a qualidade do ensino numa perspectiva holística, o estudo partirá primordialmente das percepções dos alunos futuros professores. No entanto, incluiremos ainda as perspectivas de outros actores nomeadamente decisores políticos, elementos do Instituto Nacional de Investigação de Educação de Angola (INIDE) e formadores de professores.

Assim, identificaram-se os seguintes objectivos:

Caracterizar o processo de formação levado a cabo pelos Institutos Superiores de Ciências da Educação de Angola, para avaliar a pertinência do processo de formação do profissional de ensino;

Analisar os modelos de organização curricular da formação de professores desenvolvidos nos Institutos Superiores de Ciências da Educação de Angola bem como a concepção de profissionalismo docente subjacente;

Compreender as perspectivas de um conjunto de alunos futuros-professores em formação inicial no sentido de reflectir sobre a qualidade do seu processo de formação;

Propor um modelo de organização curricular para a formação do professor baseado em métodos participativos fazendo com que o aluno futuro-professor seja o principal protagonista do seu processo de formação, promovendo um maior vínculo entre a teoria e a prática.

Referências:

- Cabral, A. Felizardo J. (2005). *Currículo do Ensino Primário*. Luanda: INIDE editora.
- Cardoso, Ermelinda M. S. (2006). *Programa De Metodologia Do Ensino Da Pedagogia Com Base Nas Competências Profissionais*. Trabalho de Dissertação de Mestrado. Universidade Agostinho Neto. Instituto Superior de Ciências da Educação do Lubango: Lubango.
- Day, Christopher (2001). *Desenvolvimento Profissional de Professores. Os desafios da aprendizagem permanente*. Tradução de Maria Assunção Flores. Porto: Porto Editora.
- Lei de Base nº 31/01 de Dezembro do Sistema Educativo de Angola.
- Leite Barbosa, Raquel Lazzari. (2003). *Formação de Educadores*. Edição UNESP (FEU). Brasil: São Paulo.

Ministério da Educação. (2005). *Plano Nacional de Capacitação de Professores do Ensino Primário*, Luanda: INIDE editora.

..... (2005). *Programa da Reforma Educativa do Ensino Primário, 1ª e 2ª Classes*. Luanda: INIDE editora.

..... (1978). *Princípios de Base para A Reforma do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A.*

Nascimento, A. (2006). *Políticas e Estratégias para o desenvolvimento do Ensino Superior*. Texto adaptado da comunicação apresentada pela primeira vez Colóquio sobre “*O Ensino Superior e a Investigação Científica: o seu Contributo para a Reconstrução e o Desenvolvimento de Angola*”.

Neto, António Burity da Silva (2009). *Intervenção no acto oficial de lançamento do Programa Merenda Escolar da ESDA/JAM*. Angola. Luanda.

Pacheco, J. A. & Flores, A. F. (1999). *Formação e Avaliação de Professores*. Porto: Porto Editora.